

Campanha pela verdade. Proposta do presidente do TCU.

— O País precisa de uma solução global: econômica, política e social — propôs ontem o ministro Mário Pacini, presidente do TCU — Tribunal de Contas da União, insistentemente aplaudido pelos empresários que participaram da reunião plenária da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

— Eu proponho uma campanha de ordem nacional de solidariedade, verdade e diálogo — afirmou.

— O problema brasileiro é interno. O País está inadimplente e o governo não tem a coragem de dizer isso ao povo.

Pacini fez um pronunciamento eminentemente político. Ex-funcionário do Banco do Brasil, afirmando-se amigo do presidente Figueiredo, mas "com toda isenção" para julgar as contas do presidente e defendendo um amplo controle do Estado brasileiro, usou palavras fortes para qualificar os principais problemas da atualidade.

Chamou de "monstro" o complexo de empresas criado pela Petrobrás, embora recordasse que a criação da empresa decorreu da vontade política da época, expressa pelo Congresso. "A Petrobrás" — recordou — "foi fruto de um movimento político nacionalista, de anseios do povo brasileiro. E Getúlio Vargas, quase como Pilatos, lavou as mãos. Foi uma solução política. Não cabe agora, após tanto tempo, chorar o que está aí".

Pacini não chegou a ler o discurso de 12 laudas, que preparara para os empresários. Ele respondeu às perguntas, dos comerciantes e da Imprensa, abordando dois grandes temas: o espaço de atuação do Tribunal de Contas; e a conjuntura econômico-política.

Defendeu, por exemplo, o expurgo nas correções, e recordou ter sido contra a política salarial desde a sua adoção, em 1979. "Vejam que o governo deu para os empresários o que não fez com seu próprio funcionalismo, que tem reajuste anual e não recebe o 13º salário".

Contas de Figueiredo

Pacini anunciou que "depois de amanhã, o TCU vai apreciar as contas do governo. E o presidente do TCU, que não deve manifestar-se sobre elas, fará entretanto um pronunciamento genérico sobre a situação do Brasil".

Referindo-se à dívida externa brasileira como absurda em face das possibilidades de pagá-la, indagou: "Quanto podemos gerar de superávit comercial — US\$ 500, US\$ 600 milhões ao mês? Ou US\$ 6 a US\$ 7 bilhões por ano? Isto chega para uma dívida tão grande? Está claro que não. Para pagar a dívida, seria necessário gerar por ano algo como 20%".

Lamentou a seguir que o País não conheça a dimensão dos seus compromissos externos: "Foi uma surpresa para todos nós".

Respondendo a 12 perguntas, formuladas por empresários do comércio, Pacini tratou de temas polêmicos como o caso Lutfalla, a Capemi e as posições do Banco Central.

— Cria-me um certo constrangimento — afirmou — falar sobre o problema das instituições financeiras. Eu chamei o Banco Central de mero expectador. Cabe ao Banco Central fiscalizar, e não ao Tribunal de Contas da União. Fico constrangido em responder.

Insistindo em temas de maior abrangência, Pacini disse, mais adiante: "Este País só estará perdido se nós considerarmos que está perdido, que só poderá ser salvo se receber ajuda externa. Acho vergonhoso o que está ocorrendo em relação à dívida externa. Acho uma vergonha que os ministros e o presidente do Banco Central estejam nos corredores dos bancos internacionais".

Limitações

Pacini abordou as limitações do TCU, recordando que o Tribunal age somente na área civil, não tendo o poder de responsabilizar criminalmente os responsáveis. "O TCU não tem o controle administrativo das empresas estatais. Deve apenas analisar as contas da empresa. Não diz se ela está fazendo este ou aquele erro. Muitas vezes não concordamos com certos exageros, mas, sob o ponto de vista legal, não podemos condená-la. O TCU está preso à lei. Mas o governo é sensível às críticas, e eu fui uma das vozes a condenar os abusos das mordomias."

O presidente do TCU propôs controles formais e informais para as empresas estatais, destacando a possibilidade de ação popular e ressaltando o papel da imprensa, que, "de modo particular, tem influência decisiva na ação de todas as formas de controle, porque é através dela que se obtém a sustentação dos princípios de moralidade, representando quase sempre uma sanção muito mais eficaz do que a sanção implícita na própria decisão".

Sobre o caso Lutfalla, Pacini recordou que "foi feito o confisco dos bens da empresa, para o pagamento de uma dívida de Cr\$ 600 milhões com o BNDE. Era muito dinheiro, à época. Mas hoje soa pouco, pois as autoridades que iniciaram a intervenção — acusou — não tiveram o cuidado de obter uma lei complementar para que o débito da empresa ficasse sujeito à correção monetária, como ocorreu no caso Delfin. Hoje, a União, para poder acoplar o ativo, tem Cr\$ 600 milhões, mas a avaliação será a do dia. Por esse passe de mágica, esses jovens novos ricos da Lutfalla vão receber não sei quanto da União, porque são seus credores".